

33 Parlamentares respondem à mobilização da campanha “Continuamos à Espera..... “ e participam na Construção da Agenda Pós-2015 com depoimentos escrito e/ou em vídeo e apelos às negociações e prioridades do futuro quadro de Desenvolvimento, Saúde, Direitos, Educação, Igualdade e Cooperação Global.

Continuamos à Espera é um movimento que apela a um papel mais interveniente e activo na construção da Agenda de Desenvolvimento Pós 2015 que atenda aos Direitos Humanos e às desigualdades mais gritantes e que são esquecidas: **saúde sexual e reprodutiva, educação das raparigas, igualdade de género e de oportunidades e justiça social**

Continuamos à espera apela ao debate, acção e contributo de parlamentares, de governos, de profissionais, de líderes juvenis, de associações não-governamentais, de IPSS, de fundações, de escolas, de universidades, de *opinion-makers*, de jornalistas, de órgãos de comunicação social e da população em geral.

As várias formas de pobreza e exclusão social têm por base um défice em matéria de Direitos, Educação e Saúde, incluindo Sexual e Reprodutiva, Igualdade e Justiça Social - aspectos essenciais à realização dos Direitos Humanos e Desenvolvimento. A informação, os serviços, os cuidados e a protecção são fundamentais para garantir vidas melhores e um futuro sustentável para todas as pessoas sem excepção.

Iniciativa :



Apoio :



Depoimentos:

Teresa Caeiro, CDS, Vice Presidente da Assembleia da República, Vice-coordenadora do Grupo Parlamentar Português sobre População e Desenvolvimento (GPPsPD)



“É necessário garantir e lembrar de enunciar nos documentos proposta, nas negociações e argumentário às Agendas de Desenvolvimento e Direitos Humanos pós 2015 a educação e manutenção no sistema de ensino de meninas e raparigas, o acesso a cuidados e serviços de saúde sexual e reprodutiva, a igualdade e justiça social..... é, assim, confirmar em coerência os compromissos políticos nacionais e internacionais assinados, também por Portugal, em matéria de prevenção e proteção face a práticas nefastas como a MGF, casamentos infantis, forçados ou combinados, a violência doméstica e

todas as formas de discriminação com base no género, o planeamento familiar, a saúde materna, infantil e de adolescentes... Fazer de todas as pessoas, países e organizações na Agenda pós 2015 actores vocais no fim da pobreza e das vulnerabilidades. Mulheres, Crianças e Jovens, Famílias e Migrantes, os resultados e roteiros da CIPD e dos ODM assim o exigem em benefício de todos, também em Portugal, na Europa e no Mundo. “

Mónica Ferro, PSD, Coordenadora do GPPsPD e Membro do Comité Executivo do EPF



“A agenda pós-2015 deve estar centrada na realização dos direitos humanos. O direito ao desenvolvimento e o direito à saúde devem ser objetivos centrais numa agenda que terá que ser operacionalizada qualitativa e quantitativamente. Garantir, com compromissos claros e monitorizáveis, o acesso a direitos humanos como o planeamento familiar e a saúde sexual e reprodutiva e direitos conexos é salvar vidas, é permitir quebrar ciclos de pobreza, empoderar raparigas e mulheres e contribuir para a construção de sociedades mais justas e mais dignas. Porque todos contam, apenas uma agenda das pessoas, pelas pessoas e para as pessoas pode garantir que mais nenhuma mulher perde a vida ao dar vida, que mais nenhuma criança casa precocemente, que a maternidade na infância é combatida e que os jovens (com as suas necessidades mas também com o seu potencial) são chamados ao centro do processo de tomada de decisão. Uma agenda com a saúde sexual e reprodutiva assumida como fundamental para uma vida saudável, mas também como condição para o fim das causas estruturais da violência contra as mulheres, e como potenciador do desenvolvimento económico de famílias, sociedades e países é o primeiro passo para um mundo mais digno, mas é apenas o primeiro.”

Iniciativa :



Apoio :





Maria Antónia Almeida Santos, PS, Presidente da Comissão Parlamentar de Saúde e Membro do GPPsPD

"A Saúde e a Educação são marcos essenciais do desenvolvimento assente nos referenciais de Direitos Humanos. A universalidade da Saúde, em matéria de cuidados primários de saúde, e o investimento na Educação formal (sobretudo das raparigas nos países com práticas como a Mutilação Genital Feminina e os Casamentos Forçados e Precoces) são promotores de Igualdade e Cidadania e, por isso, essenciais para que se cumpram os Direitos Humanos de todas as pessoas.

É necessário que haja monitorização das medidas, partilha de experiências e debates entre parlamentares e sociedade civil dos vários países. **E sobretudo é necessário mudar o paradigma para que a cultura e a tradição não sejam obstáculos aos Direitos Humanos.**

É preciso sobretudo vontade política para cumprir o que está acordado... desde 1994 (PoA CIPD)".



Elza Pais, PS, Presidente da Sub-Comissão de Igualdade

"A pobreza e a discriminação são questões inconciliáveis com a promoção de políticas de Direitos Humanos, tal como a Igualdade de Género e os Direitos e Saúde Sexual e Reprodutiva indissociáveis dos quadros de Desenvolvimento. Garantir às mulheres de todas as idades e países o exercício das suas potencialidades e direitos, exige que a decisão política, as estratégias e os planos coloquem as pessoas, a cidadania e a igualdade no centro do debate político, o que nem sempre acontece nas narrativas sobre a crise económica e a procura das soluções para a ultrapassar. Promover a igualdade e a cidadania, recentemente retirada dos currículos escolares - o que é pena - é, não só uma das mais elementares questões de justiça social, como é fundamental para a promoção do desenvolvimento e das dimensões sociais e humanas que o devem integrar de forma estruturante. A sociedade civil tem um papel mobilizador, de proximidade, de informação e de alerta que é urgente integrar, cada vez mais, nos quadros das decisões para que o agir de hoje tenha impacto na construção de uma sociedade onde jovens e mulheres tenham uma papel mais ativo e mobilizador de maior justiça social para todas as pessoas.

O que falta fazer : **é preciso que o Programa de Ação do Cairo de 1994, a Plataforma de Ação de Pequim de 1995 e os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, sejam efetivamente desígnios nacionais e mundiais. Não basta escrever, é urgente fazer acontecer e afirmar os direitos humanos, pelas pessoas e pelo mundo!"**

Iniciativa :



Apoio :



Luísa Salgueiro, PS, Coordenadora da Comissão de Saúde e Vice-Coordenadora do GPPsPD



*"Exige-nos **centrar os esforços colectivos nas pessoas com quem os ODM (Objetivos de Desenvolvimento do Milénio) falharam: mulheres e jovens; a Saúde Materna foi o objetivo menos alcançado, porque recursos e vontades políticas o determinaram. Logo, à Agenda pós 2015 exige-se que seja coerente para mulheres e jovens. É crucial que em documentos e à mesa das negociações nacionais, regionais e mundiais os governos coloquem, sem reservas e com visão global, os Direitos e a Saúde Sexual e Reprodutiva, a Maternidade e Paternidade***

seguras e responsáveis e a Igualdade como determinantes para o desenvolvimento das famílias e das economias. Portugal deve e pode fazê-lo!"

Luís Fazenda, BE, Membro do GPPsPD



*"De facto, os compromissos do Plano de Ação do Cairo(1994) estão em grande parte por cumprir. Refiro-me aos objetivos 7.44 e às ações 7.45 e seguintes, que têm no centro as jovens adolescentes e a responsabilidade dos governos **reduzirem significativamente as gravidezes nesta idade. As ferramentas estão lá previstas: educação, informação, assistência na saúde mas, principalmente, planeamento familiar.** Não se pode dissociar a elevada mortalidade de jovens grávidas à resistência*

*de muitos governos em desenvolver o planeamento familiar junto das comunidades. Resistências provindas de obstáculos religiosos, economicistas ou simplesmente por negligência social. Qualquer tipo de resistência a estes programas não pode ser meramente visto, em linguagem tecnocrática, como um "mau" indicador. **O planeamento familiar e a contraceção não são uma benesse do poder. São, em si, um Direito Humano e, como tal, inviolável. E devem ter a necessária tradução nas leis dos países e nos seus serviços. Este é um combate global. Primeiro, ganham-se as consciências. Depois, as ferramentas reclamam-se. Temos de ser parte dessa transformação."***

Iniciativa :



Apoio :



APELOS # Continuamos à Espera

CONTINUAMOS
À ESPERA

**ACESSO UNIVERSAL AO
PLANEAMENTO FAMILIAR E
SAÚDE SEXUAL
E REPRODUTIVA**



Mónica Ferro, PSD
Coordenadora do GPPsPD



Pedro Delgado Alves, PS,
Membro do GPPsPD



Rita Rato, PCP



Mariana Mortágua, BE



Gabriela Canavilhas, PS



Laurentino Dias, PS



Catarina Marcelino, PS



Elsa Cordeiro, PSD



Ana Catarina Mendes, PS

(Membro do GPPsPD em anterior legislatura)

Iniciativa :



Apoio :





Nilza de Sena, PSD



Sónia Fertuzinhos, PS

(Membro fundador do GPPsPD e EPF)



Teresa Caeiro, CDS, Vice-Coordenadora do GPPsPD,

Vice-Presidente da AR

Iniciativa :



Apoio :



**PROTEGER AS RAPARIGAS
DE TODAS AS FORMAS DE
DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA**



Maria Antónia A. Santos, PS
Membro do GPPSPD



Teresa Anjinho, CDS
Membro do GPPSPD



Helena Pinto, BE (Membro do GPPSPD em anterior legisl)



Angela Guerra, PSD



Cecília Honório, BE



Paulo Pisco, PS



Conceição Caldeira, PSD



Teresa Caeiro, CDS



Emília Santos, PSD

Vice-Presidente da AR

Iniciativa :



Apoio :



CONTINUAMOS À ESPERA



Elza Pais, PS

Presidente da Sub Comissão Parlamentar de Igualdade



Carla Rodrigues, PSD

Iniciativa :



Apoio :

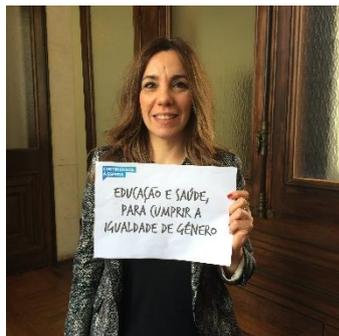


**EDUCAÇÃO E SAÚDE,
PARA CUMPRIR A
IGUALDADE DE GÊNERO**



Maria Manuela Tender, PSD

Membro do GPPsPD



Heloísa Apolónia, PEV



Inês de Medeiros, PS



Mário Magalhães, PSD

Iniciativa :



Apoio :



IGUALDADE E JUSTIÇA SOCIAL



Luisa Salgueiro, PS
Vice-Coordenadora GPPsPD



Ricardo Baptista Leite, PSD
Membro do GPPsPD



António Filipe, PCP
Vice-Presidente da AR



António Rodrigues, PSD



João Galamba, PS



José Lello, PS

Iniciativa :



Apoio :



PARLAMENTARES NA CAMPANHA “CONTINUAMOS À ESPERA”

| Partido | Nº Parlamentares | Nº GPPsPD | Nº em Apoio à Campanha | Quem apoia a Campanha |
|---------------|------------------|-----------|------------------------|---|
| PPD/PSD | 108 | 5 | 11 | Ângela Guerra, António Rodrigues, Carla Rodrigues, Conceição Caldeira, Elsa Cordeiro, Emília Santos, Maria Manuela Tender, Mário Magalhães, Mónica Ferro, Nilza de Sena, Ricardo Baptista Leite |
| PS | 74 | 3 | 13 | Ana Catarina Mendes, Catarina Marcelino, Elza Pais, Gabriela Canavilhas, Inês de Medeiros, João Galamba, José Lello, Laurentino Dias, Luísa Salgueiro, Maria Antónia Almeida Santos, Sónia Fertuzinhos, Paulo Pisco, Pedro Delgado Alves. |
| CDS | 24 | 2 | 2 | Teresa Anjinho, Teresa Caeiro |
| PCP | 14 | 1 | 2 | António Filipe, Rita Rato |
| BE | 8 | 1 | 4 | Cecília Honório, Helena Pinto, Luís Fazenda, Mariana Mortágua. |
| PEV | 2 | 1 | 1 | Heloísa Apolónia |
| Totais | 230 | 13 | 33 | (14,35%) |

Iniciativa :



Apoio :



**CONTINUAMOS
À ESPERA**

Lisboa,
30 de Setembro
2014

Iniciativa :



Apoio :

